



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - CDHM**

### **REQUERIMENTO Nº 138, DE 2015 (Dos Srs. Paulo Pimenta e Padre João)**

Requer a realização de audiência pública para debater ações preventivas e reparadoras de direitos humanos resultantes de impactos sociais e ambientais da mineração, inclusive as decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos minerais no município de Mariana-MG, no dia 5 de novembro.

Requeremos a realização de audiência pública para debater ações preventivas e reparadoras de direitos humanos resultantes de impactos sociais e ambientais da mineração, inclusive as decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos minerais no município de Mariana-MG, no dia 5 de novembro.

#### **Justificativa**

O rompimento de duas barragens da empresa Samarco na região de Mariana, em Minas Gerais, inundando de lama o distrito de Bento Rodrigues e contaminando grandes áreas no Vale do Rio Doce, com número ainda incerto de vítimas, alertou a sociedade para os grandes riscos ambientais e pequeno grau de transparência da atividade mineradora no Brasil.

Quantas outras barragens podem estar sob risco de rompimento? Com que margem de segurança tais estruturas foram construídas ?

Além de suscitar essas e outras perguntas, o desastre em Minas traz à agenda política e de direitos a questão dos impactos cotidianos da mineração sobre as comunidades atingidas por danos ambientais e sobre os trabalhadores do setor.

A própria CDHM avaliou, em 2014, em audiência pública e diligências locais, a necessidade de reparação às comunidades atingidas pela construção de minerodutos, que conduzem minério de ferro dos locais de extração aos portos marítimos, consumindo enorme volume de água, deixando rios assoreados e inviabilizando a tradicional agricultura familiar.

Casos de trabalho escravo e degradante em empresas terceirizadas de grandes mineradoras são recorrentes. A equipe de auditores fiscais do trabalho do MTE registrou em relatório entregue à CDHM em 2014 ter analisado documentos de 23 terceirizadas e expedido mais de 800 autos de infração. Foram liberadas, na ocasião, 172 vítimas de trabalho escravo, sendo 100 haitianos e 72 originários da região Nordeste, conforme informou o coordenador da equipe de fiscais, Marcelo Campos.



## Câmara dos Deputados

Para participar desta audiência pública, deverão ser convidados representantes da(s) empresa(s) responsáveis pelas barragens, de autoridades públicas, ativistas e organização sindical com atuação na área.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2015

Deputado PAULO PIMENTA  
PT/RS

Deputado PADRE JOÃO  
PT/MG